

FILOSOFIA E SALA DE AULA: PROPOSTAS DE UM DIÁLOGO POSSÍVEL*

Caio Gonçalves Bezerra Sereno^{**}

Marília Mello Pisani^{***}

Patrícia Del Nero Velasco^{****}

Resumo:

Este artigo tem como objetivo inicial apresentar respostas às questões acerca da identidade e da finalidade da Filosofia. São discutidas, igualmente, as vantagens e desvantagens das duas maneiras de se utilizar a história da Filosofia na sala de aula, a saber, como referência às temáticas trabalhadas ou como orientadora da própria aula. Esta discussão preliminar oferece subsídios para o objetivo principal do presente trabalho: fundamentar uma sugestão de metodologia de ensino que busca conciliar o rigor da reflexão filosófica com o incentivo ao estudo da Filosofia – apontando para o diálogo possível entre Filosofia e sala de aula. A fim de ilustrar a referida metodologia, são propostas duas aulas de Filosofia para o Ensino Médio.

Palavras-chave: Filosofia, Educação, Ensino, Metodologia, Plano de Aula.

Introdução

Discussões acerca do ensino da Filosofia e produções de textos sobre a mesma temática ganharam um maior destaque após os debates referentes ao retorno da Filosofia à grade curricular do Ensino Médio. No que concerne a essas discussões, são muitas as questões que podem ser levantadas; entretanto, há algumas que são imprescindíveis e, por serem o âmago da referida temática, serão aqui apresentadas.

Trabalhar-se-á, em um primeiro momento, com a questão acerca da identidade da Filosofia, buscando elucidar desde o seu significado etimológico à sua atividade

* Este texto é fruto de uma pesquisa de iniciação científica realizada pelo primeiro autor sob a orientação das demais autoras e subsidiada pelo Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC-Mackenzie).

** Licenciado em Filosofia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor da rede pública do Estado de São Paulo. Contatos: caio-sereno@uol.com.br

*** Doutora em Filosofia (UFSCAR). Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Universidade São Judas Tadeu. Contatos: marilia.pisani@mackenzie.br

**** Doutora em Filosofia (PUC-SP). Professora da Universidade Federal do ABC. Contatos: patricia.velasco@ufabc.edu.br.

reflexiva. Em seguida o foco será explicar porque o ensino de Filosofia é imprescindível, como Filosofia e Educação se relacionam e de que maneira a autonomia do educando pode ser alcançada. Uma vez trabalhados os três referidos aspectos da temática do ensino da Filosofia, o ponto central passará a ser as duas maneiras como o professor poderá utilizar, em suas aulas, a história da Filosofia – evidenciando os pontos vantajosos e também os desvantajosos de seus usos. Ademais, será indicado um percurso de aula ao professor que lecionará a disciplina Filosofia e, por fim, serão sugeridos dois planos de aula de Filosofia para o nível médio de ensino, elaborados a partir do percurso supramencionado. As propostas em questão ilustram a aqui defendida possibilidade de um diálogo entre Filosofia e sala de aula.

O que é Filosofia?

Eis uma das perguntas mais famosas da Filosofia: o que é Filosofia? Famosa exatamente pelo fato de ser um dos questionamentos que mais os alunos fazem a seus professores de Filosofia¹. Dada a constante presença em sala de aula da referida questão, faz-se preciso oferecer elementos para uma possível resposta, munindo os professores para saciar a provável curiosidade dos alunos sobre a identidade da Filosofia.

Partindo da etimologia da palavra “Filosofia”, temos sua significação como sendo a relação de amizade (*Philo*) com a sabedoria (*Sophia*). Isso significa que a Filosofia busca conhecer (amorosamente) a(s) verdade(s) acerca da realidade na qual o indivíduo se encontra inserido. Muitos filósofos se valem de aspectos que transcendem

¹ Talvez a que mais seja feita pelos alunos é a da utilidade da Filosofia, a ser abordada posteriormente.

o plano físico para justificar o seu pensamento. Talvez daí tenha se originado a comparação da Filosofia com o popular “viajar na maionese” tão comumente proferido pelos alunos. Apesar disso, se analisarmos a maneira pela qual a Filosofia se movimenta, notaremos que essa viagem não é simplesmente especular ou expor opiniões e debater acerca disso. É uma viagem que necessita de segurança sobre o que se fala, e para tal há um processo reflexivo, que segue um método e abrange outras áreas do conhecimento.

Dermeval Saviani, em sua obra *Educação: do senso comum à consciência filosófica* (1980, p. 20), conceitua a Filosofia como uma “reflexão (radical, rigorosa e de conjunto) sobre os problemas que a realidade apresenta”. Todavia, quais são os problemas sobre os quais a Filosofia se debruça? Um tipo de problema que tem como característica fundamental a necessidade de ser solucionado. Os chamados problemas filosóficos caracterizam-se por exigirem que nos posicionemos sobre temas fundamentais como, por exemplo, o ser humano, a realidade, o conhecimento, os valores, a liberdade etc. Cabe à Filosofia, assim, investigar de modo reflexivo, profundo, sistemático e crítico sobre tais questões.

Marilena Chauí (2006) também traz uma interpretação da identidade da Filosofia que se assemelha àquela supracitada, apresentada por Dermeval Saviani (1980). E, ao mesmo tempo, traz um conceito a respeito do que viria a ser a *atividade filosófica*, sendo, portanto, válido destacarmos:

A atividade filosófica é, portanto, uma *análise* (das condições e princípios do saber e da ação, isto é, dos conhecimentos, da ciência, da religião, da arte, da moral, da política e da história), uma *reflexão* (volta do pensamento sobre si mesmo para conhecer-se como capacidade para o conhecimento, a linguagem, o sentimento e a ação) e uma *crítica* (avaliação racional para discernir entre a verdade e a ilusão, a liberdade e a servidão, investigando as causas e condições das ilusões e dos preconceitos individuais e coletivos, das ilusões e dos

enganos das teorias e práticas científicas, políticas e artísticas, dos preconceitos religiosos e sociais, da presença e difusão de formas de irracionalidade contrárias ao exercício do pensamento, da linguagem e da liberdade) (CHAUÍ, 2006, p. 23 – grifos da autora).

Nesse sentido, a atividade filosófica é um processo inerente à Filosofia. E essa atividade é realizada subsequente à descoberta da necessidade de se analisar e solucionar um determinado problema da realidade. Após a sensibilização com o problema, o segundo passo é conhecer o contexto e as *raízes* desse problema filosófico, isto é, buscar nas suas origens percorrendo desde o que possibilitou o seu nascimento e o seu desenvolvimento até ter se tornado um problema filosófico. Essa radicalidade consiste em se estabelecer uma relação investigativa com o problema tratado, visando responder as questões que se relacionam com *o que é, por que é e como é* tal problemática.

Essa investigação é orientada por uma *rigorosa* forma de abordagem do problema, visto que se trata de uma reflexão que segue uma metodologia, isto é, uma sistemática previamente determinada. A função essencial dessa sistematicidade da reflexão filosófica é evitar que o problema trabalhado se perca nesse processo reflexivo, conduzindo-nos a outros problemas de menor importância.

Além dessas duas exigências, é importante que essa reflexão radical e rigorosa seja, também, *de conjunto*, visto que não é um tipo de conhecimento fechado em si mesmo; pelo contrário, é muito próximo das outras áreas do conhecimento pelo fato de buscar nelas sustentabilidade na argumentação, seja refutando, seja confirmando suas afirmações. E destaca-se aí a necessidade do contexto em que o problema se insere. Todo problema está ligado à sua realidade histórica e a reflexão filosófica não isola o problema do seu contexto, objetivando-o. Pelo contrário, dialoga com o problema, com

o seu contexto e com a relação daquele com este. E para tal, a Filosofia busca estabelecer relações com as outras áreas do conhecimento, isto é, com as ciências, com a arte e, até mesmo, com o senso comum.

É possível que, a partir da exposição anterior, surja a seguinte questão: “qual, então, a hierarquia dessas exigências da reflexão filosófica?”, e a resposta seria: “não há hierarquias na reflexão filosófica”. A radicalidade, a sistematicidade e a abrangência da reflexão filosófica ocorrem de maneira simultânea. Enquanto se buscam as raízes de um determinado problema, o rigor evita que essa reflexão radical se perca no meio do processo reflexivo devido às suas exigências com relação aos procedimentos de pesquisa; ao mesmo tempo, a capacidade de buscar fundamentação nas outras áreas do conhecimento (abrangência) permite que essa radicalidade se concretize, pois fornece as respostas para as questões: *o que é, por que é e como é* tal problema.

O que destaca, especifica e diferencia a Filosofia das outras formas de conhecimento (como o senso comum, as ciências, a religião, etc.) é a maneira com a qual ela aborda suas temáticas. Apesar da atividade reflexiva ser movida a partir de uma sensibilização com o problema, é a racionalidade que fornece à Filosofia o suporte para a sua dinâmica. E este suporte racional é tão significativo que Filosofia e Racionalidade às vezes se confundem. Como atesta Mario Porta, em sua obra *A Filosofia a partir de seus problemas* (2002, p. 42): “A filosofia não é outra coisa que a consumação plena da racionalidade. Uma razão que não culmine em filosofia é uma razão mutilada; um discurso filosófico irracional, uma contradição de termos”.

Essa racionalidade parece tornar o pensamento filosófico, em certo sentido, destituído de subjetividade. Na Filosofia, além da racionalidade, outros dois aspectos

são imprescindíveis para a sua realização, a saber, a *imaginação* e a *criatividade*, aspectos que são, essencialmente, subjetivos e que são responsáveis pela geração de idéias.

Apesar de muitos filósofos se valerem de um estilo de linguagem que apresente aspectos estéticos interessantes, se montarmos toda a estrutura lógica do pensamento, todo o recurso artístico se perde e o que se destaca é a pura racionalidade. O mesmo autor, na obra supracitada, afirma: “Nem o discurso filosófico sobre arte é artístico, nem o discurso filosófico sobre política é político; ambos são filosóficos: arte e política são seus objetos, não seus meios” (PORTA, 2002, p. 45).

Há, na racionalidade filosófica e, portanto, na própria Filosofia, características essenciais que também especificam seu tipo de reflexão e que diferenciam significativamente as ciências da Filosofia, já que ambas seguem por um suporte racional semelhante. Saviani, como anteriormente comentado, menciona a radicalidade, o rigor e a globalidade característicos da reflexão filosófica. Três características são também atribuídas por Sílvio Gallo em seu texto *A filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade* (2007): a Filosofia apresenta um pensamento conceitual, de caráter dialógico e que fornece uma postura de crítica radical. Ele afirma que, no que diz respeito ao pensamento conceitual: “enquanto saber, ela [a Filosofia] é sempre produto de pensamento, é uma experiência de pensamento (...) que procede por conceitos, que cria conceitos” (GALLO, 2007, p. 22). O caráter dialógico assemelha-se àquele tipo de reflexão que Saviani (1980, p.17) denominou de conjunto, que constantemente dialoga com as outras áreas do conhecimento. A terceira característica, que Gallo (2007, p. 29) denomina como *investigativa*, assemelha-se àquele tipo de reflexão radical cuja

conformação com a realidade inexistente e há sempre o anseio de aprofundamento dos problemas até haver o contato com suas raízes. Gallo (2007, p. 31) ainda afirma que é a primeira característica (pensamento conceitual) que fornece à Filosofia toda essa especificidade, além de caracterizá-la como um excelente potencializador de engajamento.

Se pensarmos na questão da identidade da Filosofia e na atividade filosófica, torna-se nítida a dificuldade em apresentarmos aos alunos do Ensino Médio o que seria a identidade da Filosofia, uma vez que o que se destaca na Filosofia é o seu processo e não a sua identidade. O “término”² do processo ou o término de um momento da atividade filosófica é o que se chama Filosofia.

A sensibilização, a identificação de um problema, a elaboração de uma sistemática, a busca das raízes do problema filosófico bem como do seu contexto, o diálogo com as outras áreas do conhecimento, a criação de conceitos e a elaboração de novas perguntas ou de uma resposta à problemática é o que se entende por atividade filosófica. É esse o processo que deve ser ensinado, o qual requer que o professor tenha uma prévia concepção de Filosofia, ainda que não a inclua como conteúdo programático.

A Filosofia, portanto, é uma atividade reflexiva, que se fundamenta em três pilares: na racionalidade, na imaginação e na criatividade; cujo processo é sistemático e tem como finalidade, a partir do estudo das estruturas de um determinado problema e do

² Entre aspas pois, efetivamente, não há um término do processo filosófico. A reflexão filosófica, ou o contínuo re-pensar o já pensado, aparentemente é cíclica. E não o é, visto que a retomada do pensamento ocorre a partir de novas problemáticas, novas necessidades inseridas num novo contexto. Nesse sentido, a reflexão filosófica é espiralada.

diálogo com as outras áreas do conhecimento, fornecer respostas possíveis para esse problema e/ou outras questões que o circundam. E, para tanto, cria conceitos.

Por que ensinar Filosofia?

Uma grande dificuldade dos professores de Filosofia se encontra nessa questão. Como responder a um aluno que, diferentemente de algumas ciências, a Filosofia não visa aplicar os produtos de sua reflexão, de maneira técnica, à criação de mecanismos que tornam a vida confortável? Deve-se, pois, abordar a temática da utilidade sob outro prisma. A pergunta sobre o porquê de se ensinar Filosofia encontra suporte, por exemplo, se pensarmos na relação da educação com a sociedade, pois a Filosofia é ponto central para a realização final do processo educativo de encaminhar o indivíduo para a sua autonomia.

Perguntemo-nos, então, sobre a educação: o que é a educação? E qual é a sua finalidade? Adorno nos oferece uma concepção de educação que muito contribui à nossa primeira pergunta:

Evidentemente não a assim chamada modelagem de pessoas, porque não temos o direito de modelar pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos (...), mas a *produção de uma consciência verdadeira* (ADORNO, 2006, p. 141 – grifos do autor).

Os dois caminhos negados por Adorno são caminhos dogmáticos cujo objetivo é a adaptação do indivíduo à sociedade. A “produção de uma consciência verdadeira” pressupõe a autonomia do indivíduo. Porém, há que se buscar um caminho que seja caracterizado tanto pela adaptação quanto pela autonomia. Se a educação visar apenas à adaptação do sujeito, constrói-se uma sociedade de classes, na qual tais classes são

marionetes do sistema econômico e político vigente exatamente por serem destituídas de autonomia. Por outro lado, se a educação visar apenas à autonomia do sujeito, tem-se uma sociedade não adaptada e, portanto, deficiente economicamente. O próprio Adorno já apontou isso:

De um certo modo, emancipação significa o mesmo que conscientização, racionalidade. Mas a realidade sempre é simultaneamente uma comprovação da realidade, e esta envolve continuamente um movimento de adaptação. (...) A educação seria impotente e ideológica se ignorasse o objetivo da adaptação e não preparasse os homens para se orientarem no mundo (ADORNO, 2006, p. 143).

Ou seja, educar é um processo pelo qual o educando entra em contato com um ambiente que propiciará sua adaptação e sua emancipação. Sendo assim, a educação tem como papel tanto a adaptação do indivíduo à sociedade quanto a construção de sua autonomia. E construir a autonomia de um indivíduo significa oferecer-lhe ferramentas intelectuais capazes de modificar a sua realidade.

Todos os seres humanos têm o direito de decidir nos rumos das suas vidas. Também crianças e jovens têm esse direito, como cabe-lhes o direito de aprender a dominar o uso das ferramentas intelectuais que lhes possibilitem as decisões. Têm direito de ser educados para a autonomia. Nesse sentido, uma iniciação filosófica relativa aos bons procedimentos do filosofar deve ser iniciada quanto antes (LORIERI, 2002, p. 43 – grifos do autor).

O que quis dizer Lorieri apontando a iniciação filosófica como possível parte de uma educação para a cidadania? Se pensarmos na Filosofia não só como crítica à cultura, mas também como a atividade reflexiva fundamentada na racionalidade, a “produção de uma consciência verdadeira” citada por Adorno (2006) torna-se viável. É possível tornar mais lúcida ainda a importância da Filosofia como crítica à cultura e atividade reflexiva, se pensarmos no que Franklin Leopoldo e Silva entende por base cultural e de que maneira a Filosofia se relaciona com ela, elaborado em sua obra *Por que filosofia no 2º Grau* (1992):

Há, portanto, pelo menos três condições para o estabelecimento disto a que chamamos base cultural:

- 1) adestramento de raciocínio na prática do aprendizado das ciências exatas;
- 2) conhecimento da diversificação histórico-cultural e da variabilidade de critérios fundamentadores da esfera ético-política, através da familiaridade com os conteúdos do núcleo humanístico;
- 3) relativa ampliação do imaginário e domínio da linguagem através dos conteúdos de língua e literatura (SILVA, 1992, p. 162).

Essa base cultural é a faculdade de raciocinar extraída das ciências exatas que, juntamente com os conhecimentos adquiridos nas ciências humanas e tendo um código que possibilita a comunicação, fornecerá as ferramentas intelectuais necessárias para a realização do trabalho da Filosofia no Ensino Médio.

E, ainda conforme Silva (1992, p. 162) apresenta, a Filosofia, então, trabalharia com a articulação dessa base cultural que, conseqüentemente, envolve também a articulação do próprio indivíduo – levando-o a não só levantar problemáticas acerca do meio social, político e ético, mas, também, sobre o próprio ser humano quando inserido nesse meio.

Vale destacar, contudo, que os alunos podem não ter uma capacidade intelectual muito bem desenvolvida, sendo incapazes, em um primeiro momento, de analisarem as problemáticas por eles levantadas de forma radical, rigorosa e de conjunto. Como afirma Celso Favaretto, em seu texto *Sobre o Ensino de Filosofia* (1993), caberia, então, ao professor provocá-los para que passe a ser possível, cada vez mais, que os alunos desenvolvam a capacidade de formular questões acerca do seu ambiente, tirando-os do senso comum:

A crítica pode ser avaliada pela capacidade dos alunos em formular questões e objeções de maneira organizada, estruturada (rigorosa). A prática, sempre interessante, de intrigar os alunos – provocando-os para a dúvida, a produção de inferências e a articulação de experiência e teoria – é útil,

principalmente naquelas situações em que os alunos não têm condições de aplicar imediatamente uma regra pelo exercício de uma retórica já desenvolvida (FAVARETTO, 1993, p. 81-82).

E a Filosofia se torna cada vez mais importante na medida em que o mercado exige profissionais especializados, dificultando a reflexão, o levantamento de questões acerca do meio em que vivem; uma vez que o Ensino Médio não fornece, como afirma Silva (1992, p. 164-165), as bases para que o aluno possa equilibrar as exigências do mercado com a sua formação cultural, estes profissionais, cada vez mais, não se reconhecem na sociedade e se transformam em meras peças de uma gigantesca máquina.

Ademais, é (ou deveria ser) objetivo de todas as disciplinas tornar possível a emancipação do aluno. Isso é viável quando as disciplinas trabalham em conjunto, pois, se elas fornecem as ferramentas necessárias para o processo de emancipação do indivíduo, cabe à Filosofia, a partir de sua reflexão radical, rigorosa e de conjunto, utilizar essas ferramentas para que seja, então, possível essa emancipação. Isso não significa afirmar que a Filosofia está acima das outras disciplinas; ocorre que elas não têm como potencialidade prioritária emancipar o sujeito, enquanto, em algum sentido, a reflexão filosófica busca ativar essa potencialidade. De todo modo, a Filosofia torna-se “inútil” quando as outras disciplinas não fornecem a base cultural para que a Filosofia possa articulá-la, pensá-la e repensá-la.

E, pelo fato da Filosofia não ser fechada em si mesma, há – no que diz respeito aos seus conteúdos – uma história de como as problemáticas foram surgindo, ganhando formas, respostas e contra-respostas e a questão a ser colocada agora é como essa história da Filosofia deve ser trabalhada.

Maneiras de se utilizar a história da Filosofia

A Filosofia, diferentemente das ciências, não apresenta um sistema final de conceitos, de maneira que um filósofo sempre trabalharia com os últimos conceitos aceitos e qualquer mudança se daria em um sentido progressivo. Por conseguinte, a história da Filosofia é diferente da história das ciências. Enquanto estas têm uma história progressiva que identifica o desenvolvimento e evolução do saber, naquela não há esse progresso, mas diferentes maneiras de levantar, afrontar e solucionar problemas.

Sendo assim, a Filosofia prende-se ao seu contexto e não é possível afirmarmos que as teorias da atualidade são correções das teorias anteriores. Na realidade, são retomadas de problemas, conceitos e idéias já desenvolvidos. São maneiras diferenciadas de abordar problemas que o contexto histórico proporciona e, devido a isso, a história da Filosofia é inseparável da própria Filosofia.

Fica a pergunta: de que maneira deve-se utilizar a história da Filosofia nas aulas? Tomando-a como referência às temáticas abordadas ou como o centro, de maneira a selecionar autores de uma determinada época e seguir adiante respeitando as ordens sucessivas de acontecimentos e autores? Vejamos de forma pormenorizada cada uma das possibilidades em questão, tomando como principal referência o texto *História da Filosofia: centro ou referencial?*, de Franklin Leopoldo e Silva (1986).

A história da Filosofia como centro

Nesse tipo de ensino, os sistemas e autores são abordados respeitando a ordem cronológica de seus surgimentos. Franklin Leopoldo e Silva (1986, p. 156-158) explica as duas vantagens e as duas desvantagens dessa maneira de lecionar Filosofia. Começemos, pois, pelas vantagens.

A primeira vantagem está relacionada à maior facilidade de compreensão por parte dos alunos acerca dos problemas e soluções levantados e elaborados pelos autores numa determinada época quando confrontados com autores anteriores.

A segunda vantagem diz respeito à facilidade que o aluno teria em compreender as questões centrais, uma vez que, por serem recolocadas por autores de diferentes épocas e apontadas possíveis soluções ou novos problemas a partir delas, a questão em si passa a ser mais bem compreendida. Além disso, o entendimento acerca da maneira como cada autor as soluciona também seria mais bem interpretado.

No que concerne às desvantagens, há uma enorme dificuldade com relação a cobrir os mais de dois mil e quatrocentos anos de história em, no máximo, três anos letivos. Há, pois, a necessidade de se fazer recortes, priorizando determinados autores e/ou certos períodos. E um novo problema se impõe: quais seriam os critérios para tal recorte? A discussão e fundamentação dos parâmetros a partir dos quais serão selecionados fragmentos da história da Filosofia passam a ser de crucial importância.

A segunda desvantagem refere-se à importância de se resguardar a originalidade de cada filósofo e de cada época. Se o professor não souber como trabalhar com o recorte das questões e com o reaparecimento em épocas e filósofos subsequentes aos já

trabalhados, pode ser cristalizado na mente do aluno um eterno recomeço da Filosofia. Isto é, se não for elucidado que um determinado problema numa determinada época ressurge de uma maneira diferente, devido ao contexto histórico, cada filósofo e cada época parecerão fechados em si mesmos. E, também, corre-se o risco de o aluno acreditar numa idéia equivocada de uma progressão filosófica.

A história da Filosofia como referencial

Nesse método de ensino, a história da Filosofia é utilizada de maneira a ilustrar as temáticas que são as bases da aula. Os autores e sistemas filosóficos aparecem na medida em que são discutidas as temáticas trabalhadas. Há, também, para esse tipo de perspectiva duas vantagens e duas desvantagens.

No tocante às vantagens, o professor se depara com uma liberdade acerca da escolha das temáticas e dos autores a serem estudados sem necessitar respeitar a cronologia.

Há uma maior possibilidade de ser despertado no aluno o interesse pela aula, principalmente quando o professor utiliza temáticas da atualidade e que, de alguma forma, estão presentes na realidade dos alunos. E, nesse sentido, o professor recorre à história da Filosofia para extrair dela autores que trabalharam com as temáticas (que estão sendo abordadas em aula) e as soluções ou novos problemas propostos pelo autor são apresentados aos alunos.

Já no que concerne às desvantagens, temos que o professor encontrará uma dificuldade de organização, visto que terá que ser tomado um cuidado maior na escolha

das passagens da história da Filosofia – o que exige, evidentemente, um conhecimento significativo por parte dele acerca desta história. E caberá ao docente conferir alguma ordenação às temáticas escolhidas.

Outra dificuldade encontra-se na contextualização do problema e até das soluções apontadas pelos filósofos de acordo com a temática abordada. Sabe-se que há autores que só são compreendidos se tomarmos como ponto de partida a situação histórica em que se encontram inseridos. Por isso, há outro cuidado a ser tomado pelo professor, pois pode haver uma confusão de conceitos por não ter sido contextualizada a realidade histórica da época dos filósofos apresentados.

As duas maneiras de se trabalhar com a história da Filosofia (como centro ou como referencial) têm como fim último que o alunado compreenda os conteúdos lecionados. Diferem, pois, nos meios para efetuar tal finalidade. Escolher a história da Filosofia como centro tem como característica fundamental, em relação ao seu ensino, a garantia do rigor filosófico. Apesar disso, e ao mesmo tempo, apresenta uma grande possibilidade de perder o alunado nesse percurso exaustivo e, muitas vezes, entediante. Em contraposição a esse meio, há aquele que utiliza a história da Filosofia como referencial. Escolher esse tipo de método tem como característica a garantia de aulas mais dinâmicas e dialógicas no sentido de manter os alunos atentos à aula. Todavia, esse tipo de método apresenta uma grande possibilidade de perda do rigor filosófico. A pergunta que fica é: de que maneira pode-se lecionar tendo como objetivos manter o alunado interessado nas aulas e manter o rigor filosófico?

A proposta da seção subsequente visa tentar indicar um caminho possível ao professor para que não sejam perdidos nem o rigor filosófico e nem a atenção discente, apesar de sabermos que inevitavelmente ocorrerão oscilações nestes quesitos.

Metodologia de Ensino

O método é um dos aspectos mais importantes relacionados ao ensino, uma vez que um método de ensino bem elaborado só tem a contribuir com a aula, diminuindo a distância, como afirma Lidia Maria Rodrigo, em seu texto *Uma alternativa para o ensino de filosofia no nível médio* (2007), entre “o ponto de partida cultural do aluno e as exigências inerentes ao saber filosófico” (RODRIGO, 2007, p. 42).

A partir disso, qual a proposta de percurso pelo qual o professor necessita passar que consideramos importante? Ampararemos nossa resposta nos textos *Proposta para o ensino da filosofia no segundo grau* de Benedito Nunes (1986) e *A filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade* de Sílvio Gallo (2007).

Nunes propõe um percurso viável para aulas de Filosofia cujos momentos são seis; todavia, utilizaremos apenas os quatro primeiros, a saber: o propedêutico, o interrogativo, o dialógico e o textual. Os dois últimos, chamados de diversificado e gradual, referem-se, respectivamente, à importância da variação de programas a partir das temáticas utilizadas e à importância da continuação do ensino de Filosofia nas séries seguintes. Estes passos não serão adotados na proposta aqui delineada por serem prescindíveis para o objetivo da parte final deste artigo, qual seja, a elaboração de aulas

que possam, sem perder o rigor filosófico, tornar a Filosofia didática e interessante aos alunos.

Gallo (2007), por sua vez, propõe um percurso similar, cujos momentos pelos quais as aulas passarão são: sensibilização, problematização, investigação e conceituação. Embora nomeadas distintamente, as fases propostas por Gallo guardam semelhanças com aquelas supramencionadas, como ficará claro na seqüência. A fim de ordenar a comparação desejada, seguiremos o percurso proposto por Gallo (2007) – tendo em vista, sempre, os aspectos que nos auxiliarão na elaboração das aulas.

O primeiro momento corresponde à etapa introdutória da aula. Nesse momento o professor se depara com a dificuldade de tornar o tema não só interessante como, também, curioso aos seus alunos. Ao mesmo tempo, Nunes (1986, p. 122), que denomina tal momento de *propedêutico*, anexa a esse primeiro momento a problematização do tema, diferentemente de Gallo (2007, p. 27-29), que distingue a problematização desse momento por ele denominado de *sensibilização*. Sensibilizar o aluno para o tema posto é mostrar-lhe a relação da temática com as vivências dele.

Após ser apresentada a temática, parte-se para o segundo momento da aula, que corresponde à necessidade da sua problematização. Conforme mencionado anteriormente, enquanto Gallo³ considera o primeiro momento da aula como exclusivo da motivação, isto é, aproximação do tema trabalhado com o contexto do aluno, Nunes considera a problematização juntamente com o momento de apresentação da temática. Ao mesmo tempo, as características desse momento de problematização são

³ A fim de não sobrecarregar o texto, não faremos uso das menções às referências bibliográficas nas demais passagens comparativas, ficando claro serem aquelas já mencionadas, a saber, Gallo (2007) e Nunes (1986).

semelhantes àqueles segundo e terceiro momentos propostos por Nunes, a saber, o *interrogativo* e o *dialógico*. Nesse segundo momento, Gallo propõe que haja o diálogo dentro da aula e o levantamento de questões como o queria, separadamente, Nunes. No referido momento da aula, recorre-se à atitude reflexiva da Filosofia de buscar conhecer as raízes dos problemas. E, necessariamente, deve-se identificar as relações que a temática estabelece com tudo que a circunda. Há, também, uma tomada de posição com relação às soluções para os problemas que a temática apresenta. Pode acontecer de duas formas: ou os alunos apresentam suas interpretações, sejam contraditórias ou não, e estabelecem um diálogo entre seus colegas de classe tendo o professor como mediador (evitando tornar o diálogo um debate ou uma mera conversa); ou o professor pode, a partir das colocações dos alunos, elaborar uma série de questões visando testar até que ponto seus alunos conseguem sustentar suas posições.

No terceiro momento da aula, enquanto Gallo o denomina de *investigação*, Nunes o chama de *textual*. Apesar de haver uma diferença conceitual, ambos propõem a busca de soluções apresentadas pelos filósofos no decorrer da história da Filosofia. Aqui há uma importância significativa do professor em orientar seus alunos, apresentando-lhes os filósofos que trabalharam com a temática apresentada em aula. Nesse sentido, cabe ao professor oferecer aos alunos os autores que, de alguma forma, apresentam idéias semelhantes e sistematizadas para que seja possível a leitura das obras dos filósofos. A história da Filosofia, portanto, seria usada como referência às temáticas trabalhadas.

No último momento da aula, após todo esse percurso, a partir do diálogo e da fundamentação extraída dos autores trabalhados, deve-se criar ou recriar conceitos que

tragam soluções para a temática. Nunes não explicita sobre essa criação de conceitos, todavia, ela se encontra subentendida no processo de aula. Por outro lado, Gallo quer reservar um momento da aula para a recriação de conceitos que possam trazer soluções para os problemas apresentados e, para tanto, busca na história da Filosofia autores que trabalharam com determinados conceitos que possam ser repensados e reconstruídos.

Conceitos estes que:

(...) são ferramentas, e podem ser armas, dependendo do uso que deles fazemos. (...) os conceitos podem ser armas de transformação ou armas de conservação, dependendo das intenções de quem os usa. A aula de filosofia como oficina de conceitos está longe, portanto, de ser um empreendimento ingênuo ou alienado. Pode ser arma de luta; o conceito pode ser ferramenta de engajamento (GALLO, 2007, p. 31).

Neste momento, faz-se possível apresentar a metodologia a ser usada nos planos de aula sugeridos na seção precedente. Metodologia esta que se fundamenta prioritariamente a partir da proposta de Gallo (2007), mas que traz também contribuições extraídas da sugestão metodológica de Nunes (1986).

PLANO DE AULA

1. **Sensibilização.** A partir de diferentes materiais (livros, jornais, revistas, filmes, músicas etc.), o professor aproxima seus alunos da temática a ser trabalhada, buscando o reconhecimento da importância desta à vida daqueles. Nesse momento, caberá a utilização de materiais didáticos que trabalham a história da Filosofia como referencial.

2. **Problematização dialógica.** Através do diálogo com seus alunos o professor transforma a temática trabalhada em um problema filosófico a ser resolvido.

Vale ressaltar que em outros momentos o diálogo se fará igualmente presente. Todavia, o mesmo é destacado nessa segunda fase de problematização devido à importância do professor efetua-la juntamente – e dialogicamente – com seus alunos.

3. Investigação textual. Considerando o rigor filosófico, não podemos deixar de buscar nas fontes originais as possíveis soluções apresentadas pelos diferentes filósofos no decorrer da história. Nesse sentido, no momento de *investigação textual* caberão os recortes de textos dos próprios filósofos.

4. Conceituação. Este momento é imprescindível para uma boa aula de Filosofia, dado o caráter essencial desta de “formação de conceitos”⁴: serão apresentados os conceitos que trazem possíveis soluções para a problemática e, mediante a aquisição desses conceitos elaborados pelos filósofos, serão feitas recriações conceituais que atendam às necessidades da problemática.

5. Avaliação. Por fim, haverá um momento de *avaliação* no qual o professor poderá apresentar propostas de atividades para seus alunos que circundem tudo o que foi discutido na aula.

Deve-se observar que os momentos assinalados podem apresentar variabilidade quanto à ordem de ocorrência.

⁴ Para compreender a tarefa propriamente filosófica de construção conceitual o leitor poderá recorrer à clássica obra *O que é a Filosofia?*, de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1992).

As aulas

Apresentaremos, na seqüência, dois planos de aula. O primeiro versa sobre a identidade e a finalidade da Filosofia; o segundo, sobre o suicídio. Ambos foram pensados de modo a perpassar a metodologia sugerida na seção precedente.

1ª Aula – Temática: O que é e para que “serve” a Filosofia?

É válido abordar essas duas questões logo no início das atividades escolares para que o aluno se situe com relação à identidade e à importância do estudo da Filosofia. Nada impede os professores de se valerem dessa aula no decorrer do ano letivo ou em outras séries cujo conhecimento filosófico já esteja, em certo sentido, avançado.

Calculamos duas aulas para esta temática. A primeira aula será constituída da apresentação e discussão de toda a parte teórica, finalizando com a proposta de uma avaliação. A segunda aula, por sua vez, consistirá na discussão a partir da síntese que o professor poderá fazer das respostas que os alunos forneceram no momento da avaliação.

Problematização Dialógica:

Além de dialógica, a problematização que se propõe neste Plano de Aula é, essencialmente, expositiva. Inicialmente – aproveitando que na troca de professores os alunos dispersam – o professor pode passar um resumo que servirá de caminho para a explicação do tema abordado. Uma vez apresentado o pequeno resumo na lousa, o

professor aclara cada item mencionado e o diálogo se estabelece nos exemplos que ele apresenta.

A caracterização da Filosofia exposta no resumo foi extraída do texto *Educação: Do Senso Comum à Consciência Filosófica*, de Dermeval Saviani (1980). Utilizou-se, também, o texto *Convite à Filosofia*, de Marilena Chauí (2006). Segue o resumo em questão:

O que é Filosofia?

A Filosofia é uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto.

→ É reflexão, isto é, é pensar o que já foi pensado (re-pensar) com o objetivo de buscar outras perspectivas.

→ É radical, isto é, busca identificar as raízes de um problema.

→ É rigorosa, isto é, não é “falar ou escrever de qualquer jeito”, mas seguir um caminho preciso.

→ É de conjunto, isto é, busca trabalhar com conteúdos diferentes, por exemplo, os conteúdos da Biologia, da Física, da Matemática, da História, etc.

É importante que o professor explique cada item apresentado: o caráter de profundidade, sistematicidade e abrangência da reflexão filosófica. Este último talvez seja o mais complicado de ser explicado, mas exemplificações podem auxiliar. Por exemplo, trabalhar como cada uma das diferentes disciplinas cursadas pelos alunos concebe o ser humano.

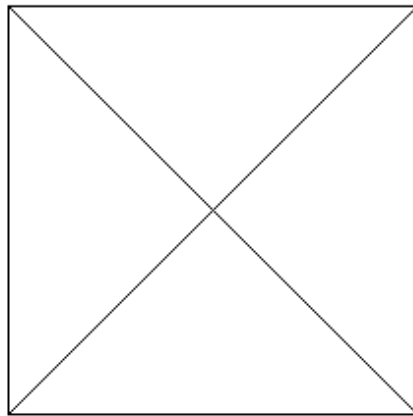
O professor pode provocá-los a pensar se a Biologia afirmaria que o ser humano é um todo vivo cuja constituição é estruturada por órgãos com funções específicas, as quais possibilitam a vida. A Física, por sua vez, conceberia o ser humano como um ser dotado de extensa energia potencial que pode vir a se transformar em energia cinética dependendo da força que se aplica. Já a Matemática poderia conceber o ser humano como um ser mensurável, isto é, que pode ser quantificado. A História imaginaria o homem como um ser produtor e produto da sua própria história, seja ela tanto individual como coletiva. A Geografia, especificamente a Geopolítica, poderia compreender este ser humano como um ser capaz de organizar o mundo politicamente. A Educação Artística poderia compreender o indivíduo como um ser dotado de capacidade frutiva e que pode exteriorizar essa capacidade por intermédio da pintura, do cinema, da poesia, da literatura, da música etc. E a Educação Física poderia, por fim, afirmar que o ser humano é um ser apto a encontrar prazer com a movimentação do seu próprio corpo. Ou seja, cabem diversos exemplos baseando-se numa temática específica.

Sensibilização:

Talvez o que instigue mais os alunos não seja a identidade da Filosofia, mas sim a sua “utilidade”, isto é, essa reflexão radical, rigorosa e de conjunto “serve” para alguma coisa? Essa é uma difícil questão para ser respondida, visto que a Filosofia, em certo sentido, não tem utilidade alguma, isto é, não tem utilidade se a concebermos como uma técnica para produzir inúmeros objetos em pouco espaço de tempo, sendo eles passíveis de se tornarem mercadorias para serem vendidas. Ademais, a própria pergunta constantemente posta pela própria Filosofia acerca de sua identidade pode

causar certa desconfiança nos alunos: como se pode estudar uma disciplina que não sabe nem o que ela mesma é?

A seguir, elaboramos uma possível maneira de explicar a “utilidade” da Filosofia, de tal modo que os alunos possam valorizá-la a partir de seu aspecto reflexivo. O professor pode, ao introduzir que se discutirá a “utilidade” da Filosofia, desenhar o seguinte quadrado com duas retas diagonais internas, que foi extraído da obra *O Livro da Bruxa*, de Roberto Lopes (2008).



A partir deste desenho elaborado na lousa, o professor pode instigá-los a pensar e imaginar que é necessário que eles encontrem outros significados deste desenho para melhor compreendê-lo.

Talvez, um dos significados mais básicos seja o matemático, isto é, os alunos podem de imediato afirmar que é um quadrado com duas retas diagonais internas. Ou que são dois triângulos com suas respectivas retas identificando sua altura, ou ainda, quatro triângulos que juntos formam um quadrado. Também é possível. Cabe, portanto, estimulá-los a pensar em outros significados deste desenho. Mediante as dificuldades que eventualmente surgirão, cabe ao professor provocar a imaginação

deles ao afirmar que pode ser um envelope na forma quadrangular. É possível que eles captem a intenção do professor e tragam outros exemplos parecidos.

No caso dos alunos não apresentarem outros exemplos, o professor pode ir oferecendo os outros sentidos que ele imaginou que os alunos pudessem encontrar no desenho dado: uma ampulheta num espaço em forma de quadrado; uma pipa (vista na diagonal); uma pirâmide (vista de cima); ou um corredor (fixando o olhar no ponto de encontro entre as duas diagonais).

Conceituação:

É bem possível que, encontrando estes significados incomuns do desenho apresentado, os alunos possam considerar a Filosofia como uma reflexão sem estrutura. Cabe ao professor explicar que a Filosofia, longe de ser uma divagação sem sentido, é um processo reflexivo rigoroso que busca, a partir da razão, imaginação e criatividade, compreender um determinado problema de diferentes perspectivas. É importante que o professor, a partir do resumo e do desenho, mostre que a Filosofia pensa o não-pensado, repensa o já pensado e desbanaliza o que foi banalizado. O conceito de Filosofia poderia então ser recriado pelos alunos a partir das diretrizes dadas na aula.

Investigação Textual:

Considerando que essa seria uma aula para alunos que estão tendo contato com o pensamento filosófico pela primeira vez, talvez seja mais didático trabalhar neste momento inicial com textos encontrados em manuais de Filosofia. Nada impede,

contudo, que o professor busque, dentro da história da Filosofia, filósofos que pensaram sobre a identidade desta última.

Dentre os manuais que trabalham com esta temática, vale destacar quatro deles. O primeiro compreende a já citada obra *Convite à Filosofia* (2006), de Marilena Chauí. Em sua *Introdução: Para que Filosofia?* a autora tece um caminho viável para ser trabalhado em sala e traz um significado de Filosofia que pode ser mais bem compreendido pelos alunos. Dada a dificuldade de se encontrar nos alunos um gosto pela leitura, o professor pode fazer um recorte apresentando para a sala o item *Em busca de uma definição da Filosofia*, o qual se encontra nesta mesma *Introdução*.

Outro material que pode ser utilizado nessa aula é a obra *Filosofando: introdução à Filosofia* (2003) das autoras Maria Aranha e Maria Martins. No capítulo 8 (*A reflexão filosófica*) da Unidade II (*Conhecimento*) as autoras sistematizam a definição de Dermeval Saviani trabalhada por nós em seções precedentes.

O terceiro manual, intitulado *Temas de Filosofia*, é também de Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins (2005) e traz, na *Introdução: Por que filosofia?*, uma didática apresentação do assunto.

Uma quarta obra que pode ser usada como base para essa aula sobre a identidade da Filosofia compreende a *Antologia ilustrada de Filosofia: das origens à idade moderna*, de Ubaldo Nicola (2005). Nesse livro, o autor apresenta as conceituações dadas por alguns filósofos: Sócrates, Platão, Aristóteles, Kant, Hegel e Nietzsche.

Avaliação:

Existem diversas perguntas avaliativas que o professor poderá fazer partindo das duas questões (“O que é Filosofia?” e “Para que ela serve?”) trabalhadas neste plano de aula. Alguns dos livros apresentados na subseção anterior fornecem algumas direções nesse sentido. Tomando o percurso aqui sugerido, uma proposta interessante a ser trabalhada seria justamente: “Com suas palavras, explique o que é a Filosofia e qual a sua importância”.

Em se tratando de uma aula que tenta justificar e explicar a importância da Filosofia na vida dos alunos, é imprescindível a compreensão por eles da própria Filosofia. Neste sentido, a segunda aula será de reflexão e diálogo a respeito das respostas dos alunos acerca da identidade da Filosofia. Uma vez que é esperado que o professor tenha lido, entre uma aula e outra, as respostas dos alunos, ele poderá discutilas com uma percepção maior sobre a compreensão (ou não) dos discentes, avaliando a si mesmo, pois, nesse processo.

2ª Aula – Temática: O que é o suicídio?

Imagina-se que esta aula terá um bom efeito se for apresentada perto do final do ano letivo e nos terceiros anos do Ensino Médio, em função da importância de se ter trabalhado com diferentes temáticas e filósofos até então, possibilitando aos alunos um conhecimento relativamente amplo da Filosofia.

Esta temática é pouco discutida tanto pela mídia quanto pelas escolas. Há um certo tabu a esse respeito. Numa aula de Filosofia – e para a própria Filosofia – esta

temática se faz necessária, principalmente porque considera duas outras temáticas importantes de serem discutidas com os alunos: a morte e a vida.

Calculamos seis aulas. Na primeira discutir-se-á a temática sobre a morte com utilização de texto. Na segunda, uma vez que a morte incita-nos a pensar sobre a vida, será este o tema a ser trabalhado - fundamentando-o em texto. Na terceira aula, o professor efetuará a introdução à temática do suicídio dialogando com seus alunos, a partir de citações de texto e cenas de filme. Na quarta aula, serão debatidos com os alunos os filósofos que o professor selecionar para fundamentar o assunto em questão. Na quinta aula haverá a problematização do sentido objetivo do conceito de suicídio e a apresentação de uma avaliação. Na sexta e última aula, haverá uma síntese que o professor efetuará a partir da leitura das respostas apresentadas pelos alunos. É importante que o professor ofereça um retorno aos alunos, atentando à forma com a qual eles trabalharam os pensadores e se a leitura que eles fizeram não é equivocada.

Sensibilização

Num primeiro momento, é importante oferecer-lhes um arsenal teórico para se pensar o suicídio. Tal respaldo será formulado quando houver um convite para se pensar sobre a vida e a morte, uma vez que o suicídio se insere entre essas duas temáticas e, ao mesmo tempo, encontra-se com elas interligado.

Não há uma ordem necessária para ser trabalhada; contudo, sugerimos começar pela morte, pois ao pensá-la inevitavelmente reflete-se sobre a vida. Para tal temática, indicamos a obra de Fernando Savater, *As perguntas da vida* (2001), que – num estilo de escrita voltado para iniciados ou que se encontram em vias de ser iniciados no pensamento filosófico – faz um convite, no primeiro capítulo (*A morte, para começar*),

para se pensar sobre a morte. Oferece, igualmente, uma série de questões que o professor pode trabalhar num diálogo com os alunos.

Das treze questões que Savater (2001, p. 26) propõe para se pensar, extraímos três essenciais. São elas: (1) Em que sentido a morte nos torna realmente humanos?; (2) Por que se pode dizer que a morte é intransferível?; (3) Por que a morte pode nos despertar para um pensamento que depois irá centrar-se na vida?. Não obstante, nada impede que o professor trabalhe a totalidade de questões propostas por Savater. O recorte aqui realizado apenas pretende viabilizar o tratamento das temáticas subsequentes, a saber, a vida e o suicídio.

Uma vez discutidas as três questões supracitadas, pode-se problematizar a temática da vida. Talvez esta temática não desperte tanto interesse quanto a anterior; mesmo assim – e é exatamente por isso que escolhemos trabalhar primeiramente com a morte –, seu interesse decorrerá da própria discussão sobre esta. Pensar na morte nos remete, com efeito, a refletirmos sobre a própria vida.

Sobre a temática da vida recomendamos a obra *A vida humana* (2007), de André Comte-Sponville. Nesta obra, o professor pode selecionar quais capítulos achar melhor para trabalhar em aula. Não há um capítulo direcionado apenas para esta temática, pois é ela própria que orienta toda a obra. O objetivo desta parte da aula é apresentar a vida não como o oposto à morte (já que seu oposto é o nascimento), mas tentar entendê-la como um processo de realização humana. A morte já está determinada como algo que acontecerá e o nascimento já aconteceu. Não seria, portanto, a vida esse aspecto anterior à morte e posterior ao nascimento? Cabe uma longa discussão sobre o sentido da vida.

Uma vez apresentadas as temáticas da vida e da morte, começa-se a trabalhar com o tema do suicídio. Para introduzir o assunto, pode ser passada uma cena do filme *Mar Adentro* (2004). Claro que o filme todo tem a contribuir para esta discussão, mas existem três cenas particularmente interessantes: uma ocorre logo no início do filme, no qual a advogada que irá defender o direito à morte do personagem principal, Ramón San Pedro, pergunta-lhe por que ele deseja morrer; a segunda cena é a discussão entre Ramón e um padre, também tetraplégico, que defende a vida enquanto Ramón luta pela morte; e a terceira é uma das últimas cenas do filme, na qual Ramón, prestes a se suicidar, grava um vídeo explicando o que o leva ao suicídio. Talvez a primeira cena e a última sejam de importância significativa: na primeira há as temáticas da vida, da vida digna ou indigna, e da morte; na última perpassa a questão do direito à morte.

Problematização Dialógica:

Para iniciar uma discussão, o professor pode apresentar aos alunos uma citação bastante conhecida do escritor Albert Camus que, a partir do problema do suicídio, faz um convite explícito para se pensar sobre o sentido da vida: “Só existe um problema filosófico realmente sério: o suicídio. Julgar se a vida vale ou não vale a pena ser vivida é responder à pergunta fundamental da filosofia” (CAMUS, 2008, p. 17).

Se o suicídio é um problema filosófico, como, então, trabalhá-lo filosoficamente? Há aqui um desafio, visto que a aula pode deixar de ser filosófica, tornando-se psicológica ou sociológica. O grande desafio talvez seja utilizar essas e outras áreas para fundamentar a aula e não direcioná-la. O debate, portanto, centrar-se-á na escolha de antecipar a morte. Sabemos – em função da própria vida e conforme foi apresentado aos alunos nesse percurso aqui proposto – que não há remédio para a morte,

e, neste sentido, conforme afirma Comte-Sponville (2005, p. 79), o suicida não escolhe morrer, mas escolhe morrer no “agora”.

Investigação textual:

Dentro da Filosofia, temos diversos autores que trabalharam com esta temática. De qualquer forma, por questões didáticas, para esta investigação textual, recomendamos os textos traduzidos e publicados na obra *Os filósofos e o suicídio*, organizada por Fernando Rey Puente (2008). Nesta obra são apresentados os pensamentos de alguns filósofos importantes que debateram sobre essa temática.

Alguns dos textos são excessivamente curtos e possíveis de serem lidos e discutidos em sala de aula. Pode-se também – até mesmo para não oferecer apenas defesas ou ataques ao suicídio – apresentar dois ou mais autores que se contrapõem. Dentre os filósofos que se opõem categoricamente ao suicídio estão Platão e Tomás de Aquino. Dentre aqueles que são a favor do suicídio temos Sêneca e Mainländer. Há, contudo, o filósofo Plotino que, por mais que se posicione contra, faz algumas concessões ao ato suicida. Montaigne, por sua vez, apesar de não apresentar restrições ao ato suicida, está muito mais preocupado em compreendê-lo quando ocorre em algumas circunstâncias específicas e busca, também, extrair desse ato o seu pecado adquirido. Hume, seguindo um caminho semelhante ao de Montaigne, não está tão preocupado em se posicionar contra ou a favor do suicídio, mas de extrair dele o seu pecado ao qual é qualificado pelas religiões. Schopenhauer concorda com Hume e não faz restrições ao ato suicida; contudo, apresenta um argumento a partir do qual não o recomendaria. Um dos textos que julgamos imprescindível nessa aula é o de Rousseau, que, ao escrever duas cartas, apresenta os dois posicionamentos e pode contribuir muito

para a compreensão do suicídio. E, por fim, há o texto do filósofo brasileiro Raimundo de Farias Brito, que busca propriamente compreender o suicídio.

A vantagem de se utilizar essa obra organizada por Puente é que esses textos já estão selecionados e apresentados separadamente. Cabe ao professor, portanto, efetuar as combinações conforme julgar conveniente.

Conceituação:

A proposta apresentada neste momento de conceituação pode ser efetuada tanto como avaliação para composição de nota quanto como uma atividade dialógica. Recomendamos que se utilize esta última, visto que há uma proposta de avaliação mais interessante de ser efetuada com os alunos exposta no tópico *Avaliação*.

Inicialmente, o professor apresenta aos seus alunos a definição objetiva de suicídio que, inclusive, pode ser encontrada nos dicionários: colocar fim na própria vida. A partir disso, o professor pensa com os alunos alguns casos que, se nos orientarmos por essa definição, serão considerados como suicídio e, ao mesmo tempo, se os avaliarmos dentro de um contexto próprio, também não serão considerados como suicídio.

Primeiro Caso: um indivíduo que costuma fumar demasiadamente, ou ingerir bebidas alcoólicas com frequência ou comportar-se de tal maneira que sabe que estará prejudicando a própria vida, pode ser considerado um suicida? (O professor pode, também, utilizar a vida de Jesus Cristo como provocação: uma vez que ele previu o que iria lhe acontecer e aceitou o fato, sua aceitação pode ser considerada como suicídio?)

Segundo Caso: alguém que é condenado a se envenenar ou acabar com a própria vida e efetua a ação conforme foi mandado estará cometendo suicídio? Caso haja a recusa em respeitar às ordens estabelecidas, tal pessoa será, de qualquer forma, assassinada. (O professor pode utilizar como exemplo a vida e condenação de Sócrates. Pode, também, a partir dela, efetuar a questão: Sócrates se suicidou?)

Terceiro Caso: estará cometendo um suicídio alguém que deixa avisado para a sua família que, no caso de se encontrar num estado vegetativo (em coma a partir do qual não há saída), deve ter os aparelhos desligados?

Avaliação:

Para avaliar uma temática como a do suicídio é importante efetuar uma proposta de atividade que perpassasse não só as temáticas da vida e da morte como, também, os filósofos trabalhados em sala. Para provocar essa reflexão, vale destacar um excerto extraído do romance epistolar de Goethe, *Os sofrimentos do jovem Werther* (2007), no qual os personagens Werther e Alberto discutem sobre o suicídio.

O professor pode trabalhar com seus alunos toda a passagem da discussão. Ela encontra-se na primeira parte do romance, na correspondência cujo título é *12 de agosto*. Aqui, transcreveremos a parte em que são apresentados os argumentos de Werther e Alberto:

(...) parei de prestar atenção às suas palavras, comecei a devanear, e então, com um gesto repentino, apontei a arma para o meu olho direito. “Irre!”, exclamou Alberto, abaixando o cano da pistola, “o que é isso?” “Ela não está carregada”, respondi. “Mesmo assim, para que isso?”, retrucou impaciente. “Não posso imaginar como uma pessoa possa ser tão tola, a ponto de querer matar-se com uma arma; a simples idéia causa-me repulsa. (...) Hás de concordar comigo (...) que certas ações são imorais, quaisquer que sejam os seus motivos (...) só podemos considerá-lo [o suicídio] como uma fraqueza. Porque realmente é mais fácil morrer do que suportar corajosamente uma vida sofrida”.

(...) Controlei-me, porém, porque já tinha me aborrecido outras vezes, ouvindo essas trivialidades. Respondi, portanto, com alguma vivacidade: “Chamas a isso de fraqueza? Peço-te que não te deixes enganar pelas aparências. (...) A natureza humana”, prossegui, “tem seus limites: pode suportar, até certo ponto, alegrias, tristezas e dores; se ultrapassar este limite, sucumbirá. Não se trata, portanto, de discutir se um homem é fraco ou forte, e sim de saber se ele pode suportar a medida dos seus sofrimentos, sejam eles morais ou físicos. E no meu entender é tão absurdo dizer que um homem é fraco por suicidar-se quanto seria inadmissível chamar de covarde aquele que morre vitimado de uma febre maligna”. (GOETHE, 2007, p. 60-63).

A partir deste excerto, o professor pode solicitar aos alunos que, utilizando os textos dos filósofos trabalhados em sala, discutam o suicídio, procurando entender os posicionamentos e, se assim o desejar, posicionar-se em relação à temática.

Conclusão

A Filosofia está nos currículos escolares do Ensino Médio. Mas a legitimação da disciplina por professores, alunos, instituições ainda está acontecendo – e depende do que se faz e do que se pensa dela pedagogicamente. (E, por conseguinte, acaba por criar a necessidade de uma filosofia do ensino de Filosofia.) Se por um lado a Filosofia no nível médio de ensino não forma filósofos, por outro, deve permitir ao aluno apropriar-se do modo filosófico de pensar: conceitual-reflexivo-argumentativo-problematizador.

A história da Filosofia, nesse cenário, gera “afrescos”, “painéis” para serem usados como base (central ou referencial), mas não encerra a Filosofia. As estratégias de sala de aula demandam amplo conhecimento do imaginário e da cultura dos alunos. Cabe ao professor se perguntar qual o tipo de abordagem filosófica é desejável para ser educativo. Deve, pois, definir o lugar de onde fala e para onde quer ir – o trânsito que fará, as estratégias didáticas.

O presente artigo, tendo em vista as preocupações supracitadas, pretendeu trazer uma módica contribuição para a construção de possíveis planos de aula para a disciplina Filosofia no Ensino Médio. Espera-se igualmente que o leitor vislumbre, a partir da proposta apresentada, um diálogo possível – e desejável – entre Filosofia e sala de aula.

Referências

- ADORNO, T. W. *Educação – para quê?* In: ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- ARANHA, M. L.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2003.
- _____. *Temas de Filosofia*. São Paulo: Moderna, 2005.
- CAMUS, A. *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2006.
- COMTE-SPONVILLE, A. *Bom dia, angústia!*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *A vida humana*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- FAVARETTO, C. F. *Sobre o Ensino de Filosofia*. São Paulo: Revista da Faculdade de Educação, Volume 19 – Número 1, 1993, p. 97-102.
- GALLO, S. *A filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade*. In: SILVEIRA, R. J. T; GOTO, R. (Org.) *Filosofia no ensino médio: temas, problemas e propostas*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- GOETHE, J. W. *Os sofrimentos do jovem Werther*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LOPES, R. *O livro da bruxa*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.
- LORIERI, M. A. *Filosofia: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.
- NICOLA, U. *Antologia ilustrada de filosofia: das origens à idade moderna*. São Paulo: Globo, 2005.

NUNES, B. *Proposta para o ensino da filosofia no segundo grau*. In: NIELSEN NETO, H. (Org.) *O Ensino da Filosofia no 2º grau*. São Paulo: SEAF/Sofia, 1986, p. 153-162.

PORTA, M. A. G. *A Filosofia a partir de seus problemas*. São Paulo: Loyola, 2002.

PUENTE, F. R. *Os filósofos e o suicídio*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

RODRIGO, L. M. *Uma alternativa para o ensino de filosofia no nível médio*. In: SILVEIRA, R. J. T; GOTO, R. (Org.) *Filosofia no ensino médio: temas, problemas e propostas*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

SANFELICE, J. L. *O ato pedagógico e o ensino da filosofia*. In: NIELSEN NETO, H. (Org.) *O Ensino da Filosofia no 2º grau*. São Paulo: SEAF/Sofia, 1986, p. 101-109.

SAVATER, F. *As perguntas da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SAVIANI, D. *Educação: Do Senso Comum à Consciência Filosófica*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980.

SILVA, F. L. *Por que filosofia no segundo grau*. São Paulo: Revista Estudos Avançados, Volume 6 – Número 14, 1992.

_____. *História da Filosofia: centro ou referencial?* In: NIELSEN NETO, H. (Org.) *O Ensino da Filosofia no 2º grau*. São Paulo: SEAF/Sofia, 1986, p. 153-162.

MAR ADENTRO. Direção: Alejandro, Amenábar. Produção: Fernando Bovaira; Alejandro Amenábar. Roteiro: Alejandro Amenábar; Mateo Gil. Intérpretes: Javier Bardem; Belén Rueda; Lola Dueñas e outros. 2004. 1 DVD (125 min).